

A Lei do teu Deus e Lei do Rei

The Law of Your God and the Law of The King

Resumo

Neste ensaio pretendo apresentar uma possível reconstrução do desenvolvimento da farta contribuição dos sacerdotes do segundo templo, presente na bíblia hebraica. São escritos que visavam a conquista e a manutenção do poder teocrático, de acordo com os interesses do império persa e, posteriormente, do império grego. Estas contribuições se origina a partir dos capítulos de 40 a 48 do livro de Ezequiel que foram a base do acréscimo “sináitico” a memória já presentes e usados pelo povo bíblico. Esta atividade sacerdotal levou a uma releitura e reescritura de toda a Torah e dos profetas que gerou “o livro da Aliança do Altíssimo, a Lei, que Moisés promulgou para nós, como herança para a casa de Jacó” (Sir 24,32).

Na redação deste ensaio faço uso dos meus estudos e escritos feitos em função da minha tese de doutorado citada nas referências.

Palavras chaves: livro da lei; teocracia; sadocismo, observantes/samareus; essênios

Abstract

In this essay, I intend to present a possible reconstruction of the extensive contribution of the priests of the Second Temple, present in the Hebrew Bible. These are writings that were aimed at the conquest and maintenance of theocratic power, according to the interests of the Persian Empire and, later, the Greek Empire. These contributions originate from chapters 40 to 48 of the book of Ezekiel, which served as the basis for the “Sinaitic” addition to the existing memory used by the biblical people. This priestly activity led to a rereading and rewriting of the entire Torah and the Prophets, resulting in “the book of the covenant of the Most High, the law, which Moses proclaimed for us as an inheritance for the house of Jacob” (Sir 24,32).

In writing this essay, I draw on my studies and writings developed for my doctoral thesis, which is cited in the references.

Keywords: book of the law; theocracy; sadocism, observants/samareans; essenes

¹ Biblista e militante católico, trabalha com a Comicao de Pastoral da Terra

Introdução

Reconstruir nos detalhes a história da função levítica e sacerdotal não é nada fácil e nem sempre segura. O que podemos dizer é que começou como um serviço específico no espaço do “sagrado”. (Albertz, 1994) O capítulo 17 do livro dos juizes conserva a memória bem antiga de um levita, da tribo de Judá, que “peregrinava para se estabelecer onde fosse possível”. Será contratado, em troca de abrigo, comida e salário, para servir de “sacerdote” na “casa de Deus” que estava na casa de Micas. Ele toma conta do “efod, dos terafim e de uma estátua de metal” (Jz 18,14). Sua presença é o sinal da bênção de Iahweh (Jz 17,13) e exerce, também a função de “consultar a Deus” para revelar sua vontade (Jz 18,5).

Da “casa” o levita passará a ocupar o espaço do “santuário”; de sacerdote de uma família tornar-se-á sacerdote de uma tribo. (Blenkinsopp, 1995) Aos poucos, não sabemos bem como nem porque, esta será função exclusiva dos descendentes da tribo de Levi. Numa sequência que não tem nada de seguro, dos levitas se destacarão os sacerdotes Aronitas, entre os quais, em seguida, se distinguirão os descendentes de Fineias e, por fim, os descendentes de Sadoc. A cada processo de afinilamento corresponde a ocupação de um espaço de poder sempre maior, mesmo mantendo o papel de serviço nos santuários tribais e, logo mais, nos templos dos reis, em Jerusalém e em Samaria.

Antes do exílio de Babilônia, o livro do Deuteronômio resume assim o serviço levítico: “o SENHOR teu Deus o escolheu de todas as tuas tribos, para que assista e sirva no nome do SENHOR, ele e seus filhos, todos os dias” (Dt 18,5). A redação da LXX acrescenta “realizando o serviço divino (*leitourguein*) e abençoando (*euloguein*)”.

Não é simples definir se os sacerdotes pré-exílicos já produziram textos de referência para a comunidade. A partir das denúncias feitas pelos profetas podemos deduzir que os sacerdotes, além de celebrar os ritos e de cuidar da casa de Deus, deviam indicar ao povo o caminho melhor (Jr 6,16); custodiar a lei (Jr 2,3; Ez 7,26); ser responsável do conhecimento de Deus (Os 4,6; Ml 2,7). Ezequiel, ao denunciar os erros dos sacerdotes, faz o resumo de suas responsabilidades: “Os seus sacerdotes violentam a minha lei, e profanam as minhas coisas santas; não fazem diferença entre o santo e o profano, nem discernem o impuro do puro; e de meus sábados escondem os seus olhos, e assim sou profanado no meio deles” (Ez 22,26).

A referência à “lei”, às “coisas santas” e ao “discernimento entre santo e profano e impuro e puro” indica uma importante contribuição sacerdotal na elaboração de uma lei que passou a vigorar nos dias da reforma de Josias e que podemos encontrar, inicialmente, no código deuteronômico (Dt 12-26) e, mais tarde, no código da santidade que incorpora as camadas mais antigas de Levítico 17-26. Foi um movimento que impôs uma rígida monolatria iahvista, mas que durou poucas décadas.

Com o exílio de Babilônia apareceram novas situações, novas realidades que produziram novos conflitos, novas teologias. (Baden, 2012).

A elite política, militar, fundiária e sacerdotal do reino de Judá foi deportada em 597 aec e levada nos campos de prisioneiros de guerra, nas colônias agrícolas. Entre elas, uma chamada Tel-Aviv, às margens do rio Quebar, afluente do Eufrates, logo ao sul de Babilônia (Ez 3,15).

Quem ficou em Judá foram os “pobres do povo da terra” enquanto os “poderosos da terra” foram levados ao cativeiro (2Rs 24,14-15). Também, quando, dez anos mais tarde, foi levado ao cativeiro o “resto da população da cidade”, os “mais pobres da terra” foram deixados em Judá como “vinhateiros e agricultores” (2Rs 25,12) e a eles foram entregues “vinhas e campos” (Jr 39,10). A estes pobres somaram-se os judeus que tinham emigrado em Moab, Edom e Amon e que ao tomar concedimento da nova realidade “voltaram à terra de Judá” (Jr 40,11-12).

A reação da elite fundiária exilada foi muito dura. Não admitiam, em hipótese nenhuma, que as terras tivessem sido entregue aos camponeses pobres (Ez 11,15-21; 33,21-38; 36,1-8).

Quando parte dos descendentes desta elite voltou, em 538 aec, acreditava ser possível recuperar, com o apoio de Ciro, rei dos Persas, seu poder, suas funções e seu domínio, conforme o antigo projeto do rei Josias (Ez 37,15-28).

Os camponeses de Judá se opuseram com força e o projeto dos “filhos do cativeiro” fracassou: com o desaparecimento de Zorobabel, sumiu qualquer pretensão de restabelecer uma monarquia davidita e o templo, reconstruído a duras penas, não conseguiu funcionar, sobretudo no que diz respeito ao recolhimento de tributos.

Mais de 90 anos depois, em 445 aec, quando Neemias, em Susa, na Pérsia, perguntou a Hanani que vinha de Jerusalém, qual era a situação dos que tinham voltado do exílio, recebeu uma resposta desanimadora: “O resto que sobrou do exílio vive lá na província, em grande miséria e humilhação. As muralhas de Jerusalém estão em ruínas e as portas foram destruídas pelo fogo” (Ne 1,3).

Esta realidade não interessava nem aos judeus da diáspora babilonenses, nem à corte imperial que precisava de uma Judá aliada e submissa para segurar as pretensões sempre redivivas dos egípcios nunca definitivamente conquistados.

Neste contexto, a diáspora babilonenses e a corte aquemênida elaboraram uma “lei de Deus e (que é) lei do rei” (Esd 7,26) com o objetivo de ajustar a situação de Judá aos interesses imperiais e, no mesmo tempo, consolidar o poder da classe sacerdotal em Jerusalém e dos “filhos de Israel” descendentes dos filhos do cativeiro.

É o início de uma escola sacerdotal que culminará naquela que virá a ser a teocracia sadocita que governou e dominou em Judá até a guerra dos Macabeus e o reino dos asmoneus.

A Torah de tel-aviv

Não pode ser mais do que uma hipótese, na tentativa de reconstruir a arqueologia dos textos bíblicos, mas o início literário deste movimento sacerdotal está contido nos capítulos de 40 a 48 do livro de Ezequiel. (Zimmerli, 1983).

Pode muito bem ter sido está a “lei” que estava nas mão de Esdras. A ampla genalogia deste, faz este “sacerdote” ser descendente da mais legítima estirpe sacerdotal que chega até Finéias, Eleazar (do qual pega o nome « Ezra) e Aarão o sacerdote cabeça (Esd 7,1-5).

Dele se diz que “era escriba hábil na lei de Moisés, que o SENHOR Deus de Israel tinha dado” (Esd 7,6) e se reafirma que “Esdras tinha preparado o seu coração para buscar a lei do SENHOR e para cumpri-la e para ensinar em Israel os seus estatutos e os seus juízos” (Esd 7,10). O imperador Artaxerxes o define: “Sacerdote Esdras, escriba da lei do Deus do céu” (Esd 7,12). (Achenbach, 2021)

Os capítulos 40 a 48 de Ezequiel são uma ampliação detalhada e normativa do desejo/sonho de restauração da elite judaica exilada na colônia agrícola de Tel-Aviv (Ez 3,15) e que estava guardado no capítulo 37 do primeiro Ezequiel:

- Os exilados de Tel-Aviv são os verdadeiros e legítimos “filhos de Israel” cujos ossos tinham sido esphados (Ez 6,5) e que pela palavra de Deus, ressuscitam, purificados, com coração e espírito novo, tornando-se o novo e único povo da nova aliança;
- Eles voltarão à terra de Israel que, durante o cativeiro, ficou deserta e desolada;
- Lá, reconstruirão o projeto que o rei Josias não conseguiu concretizar: Judá e Israel voltarão a ser um só reino, com Davi, único rei e pastor (Ez 37,22.24).

E conclua: “E habitarão na terra que dei a meu servo Jacó, em que habitaram vossos pais; e habitarão nela, eles e seus filhos, e os filhos de seus filhos, **para sempre**, e Davi, meu servo, será seu príncipe **para sempre**. E farei com eles uma aliança de paz; e será uma aliança **para sempre**. E os estabelecerei, e os multiplicarei, e porei o meu santuário no meio deles **para sempre**. E o meu tabernáculo estará com eles, **e eu serei o seu Deus e eles serão o meu povo**” (Ez 37,25-27).

Os capítulos 40 a 48 concretizam e tornam lei este projeto. O nome, a memória e a autoridade do sacerdote Ezequiel, profeta dos exilados, serviram para dar credibilidade a este projeto.

O templo e a cidade (Ez 40,1-43,12) - A centralidade do novo templo ocupa os primeiros três capítulos deste texto (Ez 40-42). Um homem de Deus conduz o profeta a conhecer o santuário em sua realidade concreta. Portas, átrios, pátios, salas, lugares santos, são descritos e medidos nos mínimos detalhes. Um muro gigantesco circunda o templo, para “*separar o sagrado do profano*” (Ez 42,20).

A Glória do Senhor - que tinha se exilado em Babilônia, junto aos desterrados - volta para este templo carregada pelos querubins e, assim, o santuário torna-se o lugar do trono de Deus, o lugar onde ele habitará no meio do povo para sempre (Ez 43,1-9). É por tudo isso que a Torah do templo exige: “*Toda a área em cima do monte é santo dos santos*” (Ez 43,12).

O templo torna-se, assim, um espaço sagrado de suprema santidade, “santo dos santos” que não poderá mais ser profanado (43,7-9; 44,6-9).

Os capítulos seguintes descrevem os elementos centrais da “Torah da casa” (Ez 43,12) instaurada, pela presença triunfante da Glória do Senhor, na Judéia e em Jerusalém, cidade que, a partir deste dia, terá um novo nome: “*Iah-weh nela está*” (Ez 48,35).

O Altar (Ez 43,13-27) - O altar será o centro tributador da teocracia na Judéia pós-exílica. É um altar gigantesco: um quadrado com uma base de cerca 10 metros cada lado, sobre a qual erguiam-se, como miniatura de uma zigurate babilônica, três camadas concêntricas, até chegar à lareira propriamente dita, que media cerca 6 metros cada lado. A altura global era de quase 6 metros. O sacerdote alcançava a lareira através de uma escada ou rampa situada no lado oriental do altar. (Tooman, 2021).

Nunca o altar tinha tido medidas tão desconhecidas. É claro que o altar de Ezequiel é um símbolo: um símbolo teológico e econômico. É através dele, que se dá a “ligação” entre Deus e o povo: “os sacerdotes oferecerão sobre o altar os vossos holocaustos e as vossas ofertas pacíficas; e eu me deleitarei em vós, diz o Senhor DEUS” (Ez 43,27).

Pelo altar vai passar a fonte de água vivificante e fecundante que, saindo do santo dos santos, vai descer rumo ao mar Morto que, assim, recupera vida: os peixes se multiplicam e as árvores dão fruto todos os meses para alimento e as folhas curarão as feridas, “porque sua água provém do santuário” (Ez 47,1-12). (Vermes, 2011).

Para que isso aconteça, para que Deus seja propício, a ponto de dar vida a um dos lugares mais inóspitos do mundo, será preciso, porém, que o altar esteja sempre abastecido.

O Príncipe (Ez 44,3) – Ao falar dos “estatutos do templo do SENHOR”, onde reside a Glória de Deus, o texto nos apresenta o “príncipe” que, claramente, é a autoridade máxima.

Aqui está a maior diferença em relação ao projeto inicial de Tel- Aviv: nenhuma menção a Davi, figura central em Ez 37, 24-25. E, ao mesmo tempo,

nunca se usa o termo “sumo sacerdote”, já bem presente, como autoridade religiosa, nos escritos de Ageu e de Zacarias, profetas pós-exílicos e sempre associado a Zorobabel, autoridade política².

Se considerarmos também outros importantes detalhes³, podemos deduzir que o “príncipe” de Ez 40-48 é o próprio sumo sacerdote, já pensado em sua função teocrática de “chefe do estado do templo”.

Esta é a nova figura, elaborada desde a diáspora, que substituirá a figura de um rei davídico, cuja memória, neste momento, era “perigosa” tanto para os persas quanto para os israelitas da diáspora que podiam, muito mais facilmente, se identificar como povo “religioso” ao redor do templo e do sumo sacerdote, do que como povo “político” ao redor de um rei.

Levitas e Sadocitas (Ez 44,10-31) – Ao altar, para “servir o SENHOR” e exercer sua função de sacrificadores, subirão os sacerdotes, “filhos de Sadoc” que, ao contrário dos demais levitas, permaneceram perto do SENHOR, quando todos se afastaram dele (Ez 44,15)⁴.

Os outros levitas que pecaram como todos os demais, terão uma função subsidiárias e “servirão a casa”, o povo e os ministros (Ez 44.10-14).

A tarefa mais importante dos sadocitas é ensinar “a meu povo a distinguir entre o santo e o profano e o farão discernir entre o impuro e o puro” (Ez 44,23). Este será o eixo estruturante de toda a sociedade. A elite sacerdotal comanda porque mais pura, mais santa e, por isso, separada do resto do povo que não pode ser contaminado por sua santidade. Será, obrigatoriamente, diferente dos demais, na maneira de vestir, de se comportar e de se casar, mantendo-se longe de tudo que possa contaminar sua santidade (Ez 44,15-31).

A terra e sua ocupação (Ez 45,1-12 e 47,13-48,29) - Esta nova proposta política precisava de uma base econômica para se sustentar. Era preciso resolver definitivamente o problema da posse da terra: tirá-la dos “povos da terra” e entregá-la ao controle da nova elite sacerdotal sadocita.

A solução foi dar à economia da terra uma base teológica. O texto «imagina» que, ao voltar do exílio, a terra de Israel será toda ela distribuída em «fatias» que vão desde o Mediterrâneo até o rio Jordão, começando, ao norte, em Hamate, perto de Damasco e chegando, ao sul, até Cades, na península do Sinai; cabendo uma fatia a cada uma das doze tribos.

² Este termo, quase ausente nos profetas anteriores, é completamente ausente nos demais textos dos profetas posteriores.

³ O príncipe é a única figura apresentada ao singular, destacando-se das demais. Ele tem privilégios significativos, como o de ocupar o lugar junto à porta oriental e de entrar e sair pela mesma porta, fechada a todos os demais, por ser a porta por onde entrou Deus (Ez 44,1-3); ali ele vai “*comer o pão diante de Iahweh*”, privilégio este exclusivo dos sacerdotes. E de lá, assiste aos holocaustos e sacrifícios pacíficos dos sábados e das luas novas (Ez 46,2). A ele (Ez 45,17) pertencem os holocaustos, as oblações e as libações e que ele mesmo fará o sacrifício pelo pecado, a oblação, o holocausto, os sacrifícios pacíficos, para fazer expiação pela casa de Israel, tarefa essa que será exclusiva do sumo sacerdote (Lv 16).

⁴ Esta afirmação contraria o que tinha falado o primeiro Ezequiel que afirmou que todos pecaram, desde o Egito.

Mesmo sendo imaginária, chama atenção que a relação das tribos não respeite a clássica e conhecida distribuição geográfica das mesmas: as tribos transjordânicas de Ruben e de Gad são postas na Cisjordânia; Issacar e Zabulon ficam ao sul de Jerusalém; e, sobretudo, Judá fica ao norte de Benjamim. Esta “desordem” não pode ser resultado de falta de conhecimento; creio que seja proposital, quase a dizer que tudo está começando de novo, que não é mais necessário que os descendentes dos exilados voltem às antigas propriedades.

Contrariando as disposições mais antigas, aceita-se o realismo histórico: “Repartireis esta terra entre vós, entre as tribos de Israel. Sorteareis a terra como herança para vós e para os estrangeiros que residem em vosso meio e tiveram filhos. Eles serão para vós como o nativo entre os israelitas. Convosco eles receberão por sorteio uma herança entre as tribos de Israel. Na tribo em que o estrangeiro estiver residindo, lá lhe dareis herança – oráculo do SENHOR Deus” (Ez 47,21-23). Os autores deste texto sabiam que não se podia construir um Judá em paz, sem reconhecer aos “povos da terra” o direito ao uso real da mesma.

O controle sobre a terra devia ter outra motivação: o indiscutível direito divino que será codificado pelo Levítico: “porque minha a terra e porque vós sois estrangeiros e hóspedes para mim” (Lv 25,23).

Eis, então, que, no meio das porções de cada tribo, deve ser reservada uma “porção santa” que será administrada pelos sacerdotes, pelos levitas, pelos notáveis da cidade e pelo príncipe/sumo sacerdote que, mesmo sem receber herança em Israel, porque sua herança é o próprio Deus (Ez 44,28), serão, em nome dele, os administradores de praticamente toda a terra de Judá (Ez 45,1-8-48,8-22).

Esta “porção santa da terra” que vai do Mediterrâneo ao Jordão, terá uma altura de 75 km (hebraico-25.000 canas) ou de 12,5 km (grego - 25.000 côvados): na prática toda a pequena Judá pós-exílica ou até mais!

O projeto de Ez 40-48 não é um plano de distribuição fundiária. Ninguém mais poderá se considerar proprietário absoluto da terra. Só Deus! Quem trabalha nas terras de Deus deverá pagar o tributo aos seus representantes (Ez 45,13-16). O templo será assim, contemporaneamente, santuário de Iahweh, palácio do príncipe/sumo sacerdote e armazém dos sadocitas e dos levitas!

A nova economia (Ez 45,13-24) - No centro da “porção santa” da terra está o “templo”. Um templo “estatal” e “tributarista” assim como o queria Artaxerxes.

Ao redor do altar, articula-se um complicado processo de ofertas que vai garantir o contínuo abastecimento da mesa dos sacerdotes e do armazém central.

Uma importante tarefa do “príncipe” é combater a violência e a exploração do povo, praticando o direito e a justiça (Ez 45,9). Tudo isso, porém, se concretiza em garantir que não haja fraude no peso do tributo (*terumah*/oferen-

da obrigatória) a ser pago (Ez 45,10-12). “Todo o povo da terra estará obrigado a este tributo⁵ ao príncipe de Israel” (Ez 45, 13-16).

Ezequiel 40-48 nos apresenta novos ritos sacrificiais: são os “**santos dos santos**”, as coisas santíssimas: **a oblação, o sacrifício pelo pecado e o sacrifício de reparação**. Completamente ausentes no Deuteronômio, estes ritos garantem o alimento exclusivo dos sadocitas e de suas famílias!

A oblação que, antes devia ser toda de Deus e queimada com o holocausto (Jz 6,18;13,19,23; 1Sm 26,19; Jr 14,12; Nm 16,15), torna-se alimento exclusivo dos sacerdotes e deve, obrigatoriamente, acompanhar todo animal sacrificado (Ez 46,5.7.11.14.15).

O sacrifício pelo pecado é um rito quase ausente nos textos pré-exílicos, e nunca lembrado em Ez 1-37, aparece, aqui, de forma sistemática, bem 14 vezes.

O sacrifício pelo pecado passa a ocupar um espaço central na liturgia do segundo templo. Ele será celebrado nas grandes festas (Ez 45,17b-25), nos ritos de consagração (Ez 43,18-23) e para recuperar a pureza perdida, involuntariamente. A carne do animal sacrificado é “santo dos santos”. Comida exclusiva dos sacerdotes.

O perdão será alcançado pelo sangue de novilhos, de bodes e de pombinhos.

É por isso que o sistema de pureza e de impureza era o sustentáculo de toda a sociedade do segundo templo e garantia o poder dos sacerdotes sadocitas que, através do altar, eram os necessário mediadores entre o povo e o “grande Deus”.

A Torah de Moisés

A leitura, a tradução e a explicação desta lei de Deus e lei do rei, feita por Esdras provocou os lamentos, as queixas e o choro dos ouvintes. “Os levitas fizeram calar a todo o povo, dizendo: Calai-vos; porque este dia é santo; por isso não vos entristeçais” (Ne 8,11).

É claro que, para o povo de Judá, pouco significava a autoridade de Ezequiel para legitimar esta lei e muitas foram as resistências e as reações do povo.

O trabalho dos sacerdotes, então, foi a elaboração desta lei, apresentando-a como lei dada por Iahweh Deus a Moisés, no Sinai. O grande acréscimo sacerdotal que vai de Êxodo 25 a Números 10 é um claro, e bem mais detalhado, paralelismo de Ezequiel 40-48.

À visão do templo e do altar de Ez 40-43 correspondem as ordens de Deus acerca do tabernáculo e dos seus elemento (Êx 25-27) e sua posterior execução (Êx 35-38)⁶.

⁵ Mais ou menos: 7,5 litros de trigo, 7,5 litros de cevada, 45 litros de azeite, 1/200 do rebanho.

⁶ Êxodo 25-40 é dividido em duas partes: a primeira (Êx 25-31), no monte, Deus encomenda a Moisés o seu projeto; na segunda, aos pés do monte (Êx 35-40) o projeto é realizado, Entre as duas seções temos as narrativas ligadas ao “bezerro de ouro” (Êx 32-34), cujo objetivo é destacar a importância dos levitas

À importância e a centralidade do sumo sacerdote e demais sacerdotes (Ez 44) corresponde a ordem de Deus a respeito das vestimentas sacerdotais e da consagração dos sacerdotes e dos instrumentos necessários ao ser serviço de sacrificadores (Êx 28-30) e, em seguida, a sua realização concreta (Êx 39 e Lv 8-9).

A respeito dos sacrifícios, das festas e demais questões de pureza (Ez 45,13- 46,15) encontramos o correspondente nos textos do Levítico: sacrifícios (Lv 1-7); questões de pureza (Lv 11-15); festas (Lv 16).

A respeito da “porção santa da terra” (Ez 45,1-12 e 48,8-22) encontramos o capítulo 25 do levítico.

Encontramos, também, uma última correspondência. Ez 48,30-35 descreve as “portas da cidade”: três ao norte, três ao leste, três ao sul e três ao oeste e cada porta tem o nome de um filho de Jacó. Por sua vez o capítulo 2 do livro dos Números, depois de relatar o recenseamento dos filhos de Israel, também fala da organização dos mesmos, ao redor da “arca da aliança”. Aqui também temos três tribos em cada um dos quatro lados ao redor da arca.

A escola sacerdotal não se limitou a fazer da memória do Sinai um evidente paralelismo da lei de Deus e lei do rei contida em Ez 40-48. Ela retomou, também, as várias memórias que já tinham sido redigidas e as reordenou e nelas interveio, fazendo com que a “lei e os profetas” falassem conforme seus objetivos de poder.

Os meus estudos me levaram a concluir que as perícopes cujo sujeito é “filhos de Israel” ou “congregação de Israel” são, com toda probabilidade, quase sempre, produto da escola sacerdotal do segundo templo.

A Torah de Davi

Os “filhos de Israel” tornaram-se, assim, o povo do livro sagrado que continha tudo o que Iahweh Deus, quis revelar ao seu povo para que, pela sua observância, pudesse receber a vida, a bênção e a paz.

Os homens do livro, escribas, rabinos, doutores da lei, substituíram os profetas que interpretavam a realidade da vida com os olhos de Deus e que foram duramente obstaculizados (Zc 13,1-8). Iniciou uma rica tradição oral produto das diversas escolas rabínicas, preocupadas com a correta interpretação e atualização do livro e que, séculos mais tarde, culminarão no Talmud palestino e babilônico.

Mas esta será uma escola laica, não sacerdotal, será a escola das sinagogas e não do templo e que irá crescer muito mais, depois que o templo deixou de funcionar no ano 70 da era comum.

Não foram só as camadas populares, sobretudo das mulheres (Ne 5,1ss;6,14), que resistiram ao projeto sacerdotal e que produziram escritos

(Êx 32,26-29) e a troca das tábuas populares pelas tábuas do templo (Êx 34,10-26).

belíssimos como os livros dos Salmos, de Jó, de Jonas, de Rute, de Cantares, de Qohelet, de Ester.

Decisiva foi, também, a resistência interna ao grupo sacerdotal. Com efeito, a Torah de Moisés, assim como Ez 44, ao redigir “os estatutos do altar” e “as leis do templo do SENHOR”, colocavam os levitas num papel de inferioridade e de subserviência em relação aos sacerdotes: “Por se terem afastado de mim quando Israel se desviou de mim para seguir os ídolos, eles levarão sua culpa”.

O livro de Esdras registra a dificuldade de fazer com que os levitas voltassem a Jerusalém (Esd 8,15). Neemias procurou amenizar o conflito garantindo aos levitas o direito a 90% de todo o dízimo recolhido, diretamente por eles, em todas as cidades (Ne 10,37-38). Mesmo assim as divergências entre sacerdotes e levitas continuaram, a ponto que os levitas “tinham se retirado cada um para seu terreno” (Ne 13,10).

Com sua autoridade, Neemias conseguiu um acordo (Ne 13,11-14) ou, como ele a chama, a “aliança de sacerdotes e levitas”, “estabelecendo para sacerdotes e levitas as tarefas de cada um” (Ne 13,29-30).

Tudo indica que, com Neemias, os levitas passaram a ter uma fatia de poder muito maior: exerciam funções nobres dentro do templo e ocupavam um espaço significativo na administração da economia e da justiça. Os sacerdotes sadocitas, para manter seu poder, tiveram que reparti-lo com os levitas.

Aliança esta que, porém, foi rejeitada por aqueles que “aviltaram (contaminaram) o sacerdócio”. Entre eles, um neto do sumo sacerdote Eliasib que se tornou genro do governador da Samaria e, para lá, foi expulso por Neemias (Ne 13,28).

Foi o início do cisma dos “shomerim/samareus/observantes”, um movimento sadocita, conservador que não aceitou que fossem modificadas as disposições do Sinai e de Moisés e que guardou somente o pentateuco, onde Jerusalém e Sião sequer são mencionados. O santuário deles foi construído no monte Garizim.

A escola da elite sacerdotal sadocita, em Jerusalém, produziu, então, outra obra importante para legitimar seu poder e a nova estrutura da teocracia que durou até as guerras macabaicas. É a chamada “Obra Historiográfica Cronista (OHC)”. É o ponto de chegada da escola sacerdotal da qual Ez 40-48 foi o ponto de partida.

Os livros das Crônicas irão reconstruir e recontar a memória da história do povo a começar de Adão e, de genealogia em genealogia (1Cr 1-9), fará com que sobrem, como legítimos filhos de Israel, só os descendentes de Levi, de Benjamim e de Judá. Todas as demais tribos foram “abandonadas” a causa de suas várias e múltiplas infidelidades.

Com a tribo de Lei acontece justamente o contrário do que aconteceu com as outras genealogias usadas para excluir e reduzir. As listas levíticas (1Cr

5,27-6,66) incorporam, incluem, reúnem. Sadoc, Samuel, os cantores e os porteiros são incluído nas listas oficiais levíticas, mesmo que de nenhum deles se fale no pentateuco.

Até os coreitas, sumariamente exterminados em Nm 16, e aqui perdoados, vão cumprir seu serviço litúrgico como guardiães da entrada do templo.

Os cantores, muito importantes na liturgia do segundo templo (Eclo 50,18), são agora incorporados aos levitas, como cabeças dos grupos levíticos (1Cr 9,14-16). Os levitas cantores (1Cr 25,1) são chamados *profetas* que *profetizavam* tocando, sob a direção do rei. Esta foi a única forma de profecia que o templo deixou sobreviver. (Pixley, 1989) nas páginas 99-101 afirma que a história cronista foi escrita em contraposição ao trabalho dos dêutero-profetas. Segundo ele Zc 13,2-6 ilustra este conflito.

É interessante a presença dos levitas tesoureiros (1Cr 26,20-28) que cuidavam de todos os tesouros e das coisas consagradas a Deus e dos levitas que atuavam fora do templo (1Cr 26,29-32) encarregados da segurança de Israel, e dos *afazeres de Iahweh e o serviço do rei*⁷.

Crônicas, assim, dirime, definitivamente, questões seculares, ciúmes e lutas pelo poder sagrado: antigos excomungados são readmitidos, a todos os efeitos, outros são incorporados; para todos tem lugar, tarefa, serviço. Tudo funciona como uma engrenagem perfeita.

Vale ressaltar que, conforme Crônicas, o serviço na casa do SENHOR precisa ser executado segundo o estatuto estabelecido pelo pai Aarão (1Cr 24,19). Mais uma vez pula-se por cima de Moisés, tão importante pelos samareus e que, em Crônicas, é decididamente secundário.

A aliança entre Deus e Moisés foi como uma antecipação da verdadeira e definitiva aliança: aquela que Deus fez com Davi.

Em Crônicas, o trono está a serviço do templo! As razões de Davi e Salomão terem sido escolhidos como reis foi a de organizar o sacerdócio e, também, de construir o templo.

O templo e sua organização sacerdotal sadocita é o eixo da aliança entre Deus e Davi. O trono está aí para garantir que tudo vai funcionar de acordo com o projeto final de Deus: uma comunidade obediente e fiel, ao redor da arca, do altar e da lei.

Para legitimar este projeto, Crônicas toma a liberdade de mudar ou de censurar muitas das informações que nos chegaram através da chamada história deuteronomista⁸.

⁷ São os juizes e os escrivães, encarregados da administração local, como indicava Esd 7,25? Ou são os encarregados de recolher o que é de Deus e do palácio: a *oferta obrigatória* e o dízimo, conforme Ne 10,38? São os que fazem as avaliações prescritas em Lv 27? Tudo é possível.

⁸ É só verificar o trabalho de *limpeza* que o Cronista faz com as memórias de Davi. Na narrativa cronista não constam os seguintes episódios: o adultério com Betsabea e o assassinato de Urias; o “incesto” de Amon; a revolta de Absalão; a memória de Semei e de sua crítica; a velhice de Davi; o complô de Adonias; a articulação de Natã e Betsabea em favor de Salomão; Adonias que pede perdão.

Davi organizará e preparará tudo que diz respeito ao templo. Salomão será o executor final. Nada mais.

O objetivo principal é definir que o velho culto mosaico, o culto da tenda, será agora substituído pelo novo culto do templo. Só este poderá reunir, num lugar só, arca, tenda e altar.

É um Davi forte e consciente que indica e apresenta Salomão como seu sucessor. Davi é o rei de Israel em eterno (1Cr 28,4)! Seu sucessor, Salomão, é escolhido em função da missão de construir o templo. Salomão só serve para isso!

O modelo do templo está tudo num “*livro que Iahweh havia entregado a Davi*” (1Cr 28,19). Ninguém precisa mais de Moisés, pois Davi recebeu diretamente de Deus as explicações relativas à fabricação do templo. O Sinai foi superado.

Davi termina sua obra ungiendo a Sadoc como sacerdote (1Cr 29,22). É o final feliz e triunfante da teocracia implantada.

É por isso que Salomão não pode errar, nunca. Ao nos apresentar Salomão, Crônicas elimina toda e qualquer referências a fatos que possam depor contra a imagem deste rei que, por ter construído o templo, nos é apresentado como perfeito⁹.

Mesmo alguém desacostumado com o trabalho exegético não pode deixar de ver que o que sai destas páginas é um Salomão perfeito, que não mata, não oprime, não explora ninguém. É um Salomão exclusivamente dedicado ao Templo, sua única razão de ser e de agir. Quem está com o templo não erra, não falha, não se engana! “*Toda obra de Salomão ficou concluída quando ele terminou a casa de Iahweh*” (2Cr 8,16).

Fica difícil entender a revolta popular contra Roboão a partir de um Salomão tão perfeito!

O cronista vai nos contar somente a história dos reis de Judá, esquecendo por completo os reis de Israel, que, por romperem com a teocracia davídico-jerusalemítana, automaticamente ficaram “fora” da árvore da salvação. Para o cronista Judá será sempre “todo” Israel (2Cr 12,1).

A monarquia davídica será avaliada a partir de sua relação com o templo. O templo será o teste definitivo da “bondade” ou da “maldade” dos reis. Bondade e maldade que, segundo a teologia dos autores, serão imediatamente “retribuídas” por Deus.

Esta lógica “retribucionista” faz com que venham a ser operadas mudanças muito importantes. A mais significativa, talvez, seja a narração da conversão

⁹ Desaparecem as informações sobre o assassinato de Adonias; a expulsão de Abiatar; o assassinato de Joab e de Semei; o casamento de Salomão com a filha de Faraó; o julgamento do filho das prostitutas; a edificação dos palácios reais; as mil mulheres e a idolatria de Salomão. Ele não “sacrificava nos altos”; os operários da construção eram estrangeiros e não de Israel e as vinte cidades, que, segundo o livro dos Reis, Salomão tinha dado a Hiram, são transformadas em presente de Hiram a Salomão, que as reconstruiu e as povoou de israelitas!

de Manassés que, neste texto, é, inclusive, o autor da purificação do templo. Isso explicaria seu longo reinado. Pelo contrário, a morte de Josias, derrotado por Neco, é tão inexplicável aos olhos dos redatores de Crônicas, que precisam encontrar um pecado no homem para justificar tamanho castigo. Eles fazem Josias “desobedecer” a Neco que, feito porta-voz de Deus o convida a não guerrear (2Cr 35,22)!

Está em discussão a centralidade da figura de Josias e da descoberta do livro da lei que teria orientado sua reforma: o Deuteronômio, justamente, o livro que dava mais consistência ao projeto samareu.

Um “livro da lei” já aparece nas mãos de Josafá que nos é apresentado como o rei que implantou o sistema jurídico nas terras de Judá, cumprindo os dispositivos de Dt 16,18-20 e Dt 17,8-13. As memórias deste rei ocupam um espaço significativo no conjunto da obra (2Cr 17,1-21,1). Foi ele que estabeleceu um grupo de leigos, levitas e sacerdotes que foram de cidade em cidade de Judá, com o livro da lei, ensinando ao povo (2Cr 17,7-9). O próprio rei realizou uma grande viagem, desde Bersabeia até as montanhas de Efraim, para conduzir o povo a Iahweh, e constituir juizes em todas as cidades (2Cr 19,4-7).

A reforma de Ezequias, também, deixa em segundo plano a reforma de Josias. Josias não fez nada que Ezequias já não tivesse feito antes e melhor. A luta deste em favor da monolatria iahvista, que o livro dos Reis tinha resumido num único versículo (2Rs 18,4), ocupa, em Crônicas, três longos capítulos (2Cr 29-31), todos eles relativos a questões culturais.

É Ezequias que restabelece as classes e os serviços sacerdotais, garante o contributo do rei para o holocausto quotidiano, do sábado, da lua nova e das festas. O povo terá que dar a parte dos levitas: primícias e dízimo. Foi tanta a generosidade que demorou 4 meses para recolher tudo o que tinha sido amontoado! E essa só foi a sobra, pois todos os levitas já tinham comido à saciedade. Tudo então foi armazenado em salas apropriadas, entregue à custódia dos “levitas porteiros” (2Cr 31,11-12). Estes eram encarregados da distribuição em todas as cidades sacerdotais a quem estivesse registrado (2Cr 31,15-19).

Parece-me importante notar que Crônicas praticamente anexou as normas e as disposições gerais, contidas em Ne 10,38b-40, à reforma de Ezequias e não, por exemplo, à de Josias, que, assim, perde de importância. É mais um sinal do conflito ideológico que subjaz às duas narrações.

Em sua preocupação de reduzir o peso “deuteronomista” de Josias, Crônicas afirma que a “reforma” foi feita antes da descoberta do livro da lei (2Cr 34,3-7). O Deuteronômio deixa, assim, de ser determinante.

A reforma, que, em 2Rs, ocupava um capítulo inteiro, é, aqui, resumida em 5 versículos. E se trata de uma reforma que alcança somente as regiões interioranas. Não se fala do templo, já purificado por Manasses (2Cr 33,15-16), justamente o rei que o deuteronomista tinha apresentado como o pior de todos os reis, idólatra, opressor e o inimigo mortal de todos os profetas (2Rs 21,5.9.16).

O achado do livro da lei é narrado conforme 2Rs com algumas mudanças menores. A mais importante e que a leitura do livro ao povo é feita pelos levitas e não pelos profetas.

A narrativa do fim do exílio, como já vimos, dá o golpe final na mentalidade deuteronomista. Opera-se aqui mais uma modificação significativa: no último horizonte de Crônicas não está mais um trono que se reergue, como em 2Rs 25,27-30. Está um templo aliado do imperador!

A teocracia vai passar agora, exclusivamente, por este.

O ungido/messias será o sumo sacerdote “santo para o SENHOR”, garante pessoal do domínio de Deus sobre o povo eleito. O messianismo sacerdotal será vinculado, não tanto à vinda de um enviado divino, mas à incorporação de todas as nações à teocracia sadocita de Jerusalém.

A Torah de Qumram

O assassinato do sumo sacerdote Onias III (171 aec), significou o fim da legítima descendência sadocita. Os sumos sacerdotes, Jasão e Menelau, foram nomeados pelo rei grego Antioco IV, Epifanes que profanou e saqueou o templo de Jerusalém e proibiu a prática do judaísmo, provocando a guerra macabaica. Mesmo depois de Judas Macabeu ter purificado o templo, Menelau continuou como sumo sacerdote, até ser assassinado pelo rei Demétrio I que nomeou Aclimo no seu lugar (162 aec). Com o fim da intervenção grega em Judá, foi nomeado sumo sacerdote Jônatas, irmão de Judas o Macabeu (152 aec). Daqui em diante, o seu irmão Simão, o filho dele João e todos os reis asmoneus que se sucederam, assumiram também o sumo sacerdócio.

Os “filhos de Sadoc” mais conservadores, não reconheceram a legitimidade destas usurpações sacerdotais e se retiraram em comunidades no deserto perto de Qumram.

Os conhecemos como essênios, dos quais só tínhamos as poucas informações trazidas por seus contemporâneos Flávio Josefo e Filon de Alexandria. Até que, em meados do séculos passados, foi encontrada uma grande quantidade de pergaminhos, guardados em grutas.

O estudo destes pergaminhos nos ajudou a ver como os essênios elaboraram uma nova teologia, com fortes características messiânicas e apocalípticas e produziram uma nova legislação. Muitos foram seus escritos, incluindo quase todos os textos bíblicos e vários comentários a livros bíblicos, sobretudo dos profetas.

Geza Vermes (1991) esclarece que eles “se consideravam o verdadeiro Israel, repositório das autênticas tradições do corpo religioso do qual se separaram”.

Os que viviam na comunidade eram organizados numa rígida estrutura hierocrática presidida pelo “Mestre da Justiça” e pelos sacerdotes das famílias

sadocitas mais legítimas e autênticas. A novidade era a ausência do altar e dos sacrifícios que voltariam a ser importantes só com a vinda futura de um messias sacerdote, junto com um messias rei, filho de Davi.

Na espera desta vinda messiânica, toda importância era dada à vida da comunidade, presidida pelo “Guardião” e pelo “conselho da comunidade”, numa rígida observância da “lei de Moisés” e num permanente processo de purificações, abluções, imersões, de modo a garantir a pureza dos “filhos da luz” aos quais os messias entregariam o Reino, combatendo e excluindo definitivamente os “filhos das trevas”.

Os pergaminhos que melhor expressam a contribuição sacerdotal, teológica e literária dos essênios são “a regra da comunidade” que regulamenta, nos mínimos detalhes, como deviam viver os “filhos de luz” em sua comunidade, num estilo de vida quase monástica.

Outro pergaminho é o “pergaminho de Damasco” que trata, também, da vida dos que continuavam a viver sua vida pública na sociedade.

O “pergaminho da guerra” e o “pergaminho do messianismo” nos trazem a dimensão apocalíptica e messiânica que animava a comunidade, alimentando suas esperanças de vitória contra os “filhos das trevas”, entre eles os sacerdotes asmoneus que detinham o poder, manipulando a vida e a organização do templo, segundo seus interesses.

O “pergaminho do templo” nos apresenta os termos da “Aliança” estabelecidas diretamente por Deus com seu povo, sem a necessidade de intermediários. É uma verdadeira Torah, baseada na releitura da legislação sinaítica e deuteronômica, adaptada e aplicada de forma até mais rígida, à nova situação da comunidade, a verdadeira e definitiva “comunidade da aliança”.

É a Torah a respeito do templo, sua construção, seu culto e seus sacrifícios; são as disposições acerca dos sacerdotes, levitas e outros serviços, inclusive o do rei; trata do rígido regulamento de pureza, e da total separação dos “filhos das trevas”.

Uma torah que deve ser fielmente observada para que possa, finalmente, voltar a funcionar o futuro e verdadeiro templo messiânico, realização definitiva da presença de Deus e de seu reino, no meio de nós, depois que todos os inimigos forem derrotados ou convertidos.

Conclusão

Ao sistematizar o que significou a escola sacerdotal, e sua contribuição, nos diversos momentos do pós-exílio, não pude deixar de ter sempre presente que a teocracia sadocita condenou à morte Jesus de Nazaré, como blasfemador e subversivo.

Como seguidor/acólito deste crucificado, que continua vivo entre nós, e que nos pede de sermos suas testemunhas até os confins da terra e até o fim dos

tempos, não posso deixar de constatar que, somente dois séculos depois de sua morte, o “cristianismo” acabou, pelos interesses do império e de suas próprias lideranças, virando uma verdadeira “crístocracia sacerdotal”, piramidal, machista, dominadora, organizada numa estrutura de poder sagrado / hier-arquia que Jesus de Nazaré denunciou como “traição” (Lc 22,22-27), deixando-nos o avental do escravo que lava os pés, como única roupa verdadeiramente litúrgica (= de serviço público).

O que mais me indigna, nestes meus dias, é ver como estas páginas da escola sacerdotal teocrática são usadas, politicamente, de maneira fundamentalista, como palavra de Deus para todas as pessoas, de todos os tempos e de todos os lugares, para motivar e alimentar a “teologia do domínio” em vista da conquista e a manutenção do poder das direitas fascistas, machistas, supremacistas, homofóbicas que empestieiam nossas relações sociais, em nome da fidelidade a uma falsa “cultura judaico-cristã” que nunca foi a de Jesus de Nazaré.

Como ele, então, que nunca se preocupou de saber quem era o sumo sacerdote, olhemos com atenção as mulheres, os pequeninos, os pobres, enfermos, excluídos, sabendo que a eles e a elas o Pai “revelou as suas coisas” que escondeu a sábios e entendidos (Mt 11,25-26).

Todas as páginas da escola sacerdotal, dos sábios e dos entendidos, mesmo falando muito de Deus, não nos dizem nada das coisas do Pai.

“Eu te dou graças, ó Pai, porque assim foi do teu agrado”.

Referências

- Achenbach, R. (2021). *La Torá: Una guía para principiantes del Pentateuco*. Mohr Siebeck.
- Albertz, R. (1994). *A History of Israelite Religion in the Old Testament Period (Vol. 1 & 2)*. Westminster John Knox Press.
- Baden, J. S. (2012). *The Composition of the Pentateuch: Renewing the Documentary Hypothesis*. Yale University Press.
- Blenkinsopp, J. (1995). *Sage, Priest, Prophet: Religious and Intellectual Leadership in Ancient Israel*. Westminster John Knox Press.
- Gallazzi, S. (2020). *Religião e opressão: A teocracia sadocita*. Fonte Editorial.
- Pixley, J. (1989). *A história de Israel a partir dos pobres*. Vozes.
- Tooman, W. A. (2021). *Ezequiel: Un comentario [Hermeneia Series]*. Fortress Press.
- Vermes, G. (1991). *Os manuscritos do mar morto*. Editora Mercuryo.
- Vermes, G. (2011). *The Complete Dead Sea Scrolls in English*. Penguin Classics.
- Vermes, G. (2011). *The Complete Dead Sea Scrolls in English*. Penguin Classics.

Sandro Gallazzi